

OS PARCEIROS DO RIO BONITO

Outro Brasil

por Luiz Carlos Jackson

O sucesso editorial persistente de *Os parceiros do Rio Bonito* reforça a tese de que esse livro pode ser lido como uma interpretação abrangente sobre os processos de “formação” e “modernização” da sociedade brasileira, analisados a partir do mundo social do caipira, o sitiante pobre paulista, inscrevendo-se na tradição do ensaio histórico-sociológico brasileiro. O livro foi publicado pela primeira vez em 1964 na Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio, pela segunda em 1971 pela Duas Cidades, que editou o livro até sua décima edição (de 2001), esta realizada em parceria com a Editora 34. A Ouro sobre Azul editou a 11ª e a 12ª (2017), a última em coedição com a Edusp. Celebramos agora uma nova edição pela Todavia, alcançando a média aproximada de uma edição a cada quatro anos e meio em quase sessenta anos.

O livro originou-se da tese de doutorado de Antonio Candido, defendida em 1954, e os dez anos de intervalo entre as duas publicações envolveram a mudança institucional do autor entre a sociologia e a

“A sociologia restringiu o foco de grande angular das grandes interpretações do Brasil, forjadas, entre outros, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., em favor de enquadramentos mais específicos.”

crítica literária, inscrita no processo amplo de polarização política que conduziu ao golpe de 1964 e à ditadura militar (1964-85). Nascido em 1918, descendente de famílias das oligarquias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, filho de um médico, Candido passou a infância e parte da adolescência em Poços de Caldas (MG) e veio para São Paulo antes de completar vinte anos, movido pela expectativa de ingressar na então recém-criada Universidade de São Paulo (1934). Ali deixaria inconclusa a formação em direito e se tornaria sociólogo numa das primeiras turmas do curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ensinado pelos professores da missão francesa, em especial por Roger Bastide, que exerceu enorme impacto sobre seus alunos e alunas na longa temporada (1938-53) em que lecionou na instituição. Não obstante, o convite para ingressar na carreira acadêmica como professor assistente partiu de Fernando de Azevedo, então catedrático da Cadeira de Sociologia II, logo após Antonio Candido concluir a graduação em 1941. No início dos anos de 1940, o jovem sociólogo iniciou, também, sua atividade profissional como crítico literário nos jornais (*Folha da Manhã* e *Diário de São Paulo*), catapultada pela iniciativa de editar com colegas da faculdade a revista cultural *Clima* (1941-4), na qual se destacou ao escrever sobre literatura. Essa dupla atividade combinou a formação educacional privilegiada que recebeu desde criança ao treinamento intelectual sistemático obtido no curso de ciências sociais, sob a orientação dos professores franceses.

A produção intelectual copiosa das primeiras gerações de sociólogos e sociólogas paulistas derivou dessa experiência de institucionalização extraordinária — conectada diretamente com os centros da sociologia europeia e estadunidense — e rompeu com a tradição intelectual estabelecida pelos ensaístas, formados em direito, medicina ou engenharia, ao introduzir novos temas, objetos e perspectivas de análise e reivindicar a sociologia como ciência. Ao mesmo tempo, os e as cientistas sociais deram continuidade a essa tradição retomando problemas e interpretações nela fixados. De forma geral, a sociologia restringiu o foco de grande angular das grandes interpretações do Brasil, forjadas, entre outros, por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., em favor de enquadramentos mais específicos, como os que se voltaram às comunidades e aos pequenos produtores rurais, embora ainda interessada nas questões associadas da “formação” e “modernização” da sociedade brasileira, eixo da tradição ensaística.

Entre os ensaístas que discutiram o estatuto histórico e sociológico dos agricultores pobres — no interior das grandes interpretações, mais interessadas no latifúndio agroexportador, na família patriarcal e na díade senhor-escravo —, reconhecer ou não sua existência autônoma e importância na formação histórica e social do país, desde a colonização, era a questão fundamental.

Em *Os sertões* (1902), Euclides da Cunha sugere uma resposta positiva a essa questão. O livro propõe a interpretação do processo de formação nacional a partir de dois eixos paralelos, vinculados ao Brasil do litoral e ao do interior. O sertanejo (sitante ou vaqueiro pobre do sertão nordestino) resultaria da mestiçagem entre brancos e índios, vinculado ao povoamento vagaroso do interior, ocorrido desde os primórdios da colonização. O isolamento em relação ao litoral e o tempo vagaroso desse processo teriam levado à formação de uma “sub-raça” mais estável e adaptada ao ambiente rústico do sertão. É esse o cerne da interpretação favorável ao sertanejo, “antes de tudo um forte”, que levaria vantagem em relação ao mestiço

do litoral porque estaria adaptado ao meio que o constituíra. Há na mesma obra, entretanto, uma interpretação desfavorável a ele, a qual diagnostica o comportamento de Antonio Conselheiro e o fanatismo religioso como expressões do meio social produzido pela mestiçagem de raças inferiores com superiores. “A sua religião é, como ele — mestiça.”

No atacado, entretanto, a visão de Euclides da Cunha orienta uma vertente interpretativa que reconhece e valoriza a existência relativamente autônoma de grupos sociais constituídos por sítiantes pobres desde o início da colonização brasileira, apesar da instabilidade que caracteriza esse processo.

De modo geral, os “estudos de comunidade” desenvolvidos na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP, 1933), com o estadunidense Donald Pierson e o alemão Emílio Willems (único a lecionar simultaneamente na FFCL-USP e na ELSP) à frente, e as pesquisas realizadas na USP por Antonio Candido, Gioconda Mussolini e Maria Isaura Pereira de Queiroz, seguem essa direção. Mesclando perspectivas sociológicas e antropológicas, discutem os problemas decorrentes da modernização capitalista, sobretudo os que implicam a transformação das formas de vida desses grupos.

As interpretações sugeridas por autores tão díspares politicamente como Oliveira Vianna e Caio Prado Jr. fundamentam outra forma típica de responder àquela mesma questão, sobre o estatuto histórico e sociológico do sítiante pobre, que teria em *Homens livres na velha civilização do café*, tese de doutorado de Maria Sylvia de Carvalho Franco, orientada por Florestan Fernandes e publicada como livro com o título *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), seu desdobramento principal. Desse ponto de vista, a existência do pequeno produtor rural seria marcada por heteronomia e violência, constitutivas do seu modo de existir socialmente.

Seja por causa de sua suposta *inferioridade* étnica, seja por sua *subordinação* econômica ou política ao grande proprietário, o que

importaria desse ponto de vista seria compreender as formas de relação com a totalidade na qual se insere o sitiante pobre e não os modos de organização sociais e culturais “internos”. Em *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna fixa uma representação desse agente por meio da caracterização contrastante entre os dois estratos sociais que comporiam a sociedade brasileira desde a colônia: “aristocracia” e “plebe rural”. Sua visão justificava a *inferioridade* desta em função de teorias racistas em voga no Brasil do início do século XX, mas também em virtude da constatação, pelo autor fluminense, da hipertrofia do poder local, concentrado nas mãos dos grandes proprietários.

Oliveira Vianna defendia o fortalecimento e a centralização do poder estatal como remédios para corrigir as arbitrariedades do poder local e as fragilidades inerentes à sociedade rural brasileira. Distante politicamente dessa proposta, a argumentação de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), no entanto, aproxima-se dela por outras vias. Referem-se, sobretudo, à caracterização negativa da pequena propriedade em função dos vínculos de *subordinação econômica* estabelecidos com o latifúndio escravista.

Essas representações divergentes sobre o universo social e cultural do sitiante pobre, construídas no âmbito do ensaio histórico-sociológico, direcionaram as interpretações propriamente sociológicas posteriores, condicionadas também por disputas entre as duas instituições acadêmicas mencionadas. Antonio Candido incorporou em *Os parceiros do Rio Bonito* um ponto de vista mais afinado com a

“Representações divergentes sobre o universo social e cultural do sitiante pobre, construídas no âmbito do ensaio histórico-sociológico, direcionaram as interpretações propriamente sociológicas posteriores.”

perspectiva precursora de Euclides da Cunha, reforçada em *Cunha* (1947) por Emílio Willems, ao pressupor a autonomia, embora sempre relativa, da sociedade caipira. O pessimismo que encerra o livro e que acompanha de certa maneira toda a argumentação desenvolvida — constatando a fragilidade inerente à sociabilidade do mundo rústico, agravada com as mudanças decorrentes dos processos de modernização capitalista — decorre, por outro lado, da visão marxista urdida por Caio Prado Jr. em sentido contrário à anterior.

Antonio Candido perscrutou em *Os parceiros do Rio Bonito* os processos de obtenção dos meios de vida do caipira paulista, relacionados à produção da dieta e da sociabilidade. Através de reconstrução histórica, informada por relatos de viajantes e por depoimentos de idosos, acessou o “tempo dos antigos” e reconstruiu analiticamente a sociedade caipira tradicional. Morfologicamente demarcada pelo “bairro rural”, ela seria caracterizada pela produção de “mínimos vitais e sociais” e pelas “relações de reciprocidade” estabelecidas por meio de trocas alimentares, do mutirão, do folclore e das festas religiosas. A produção da dieta deve ser sublinhada, dado que o núcleo da alimentação caipira — mandioca, arroz, feijão e milho — viria a se espriar por todas as classes, nos meios rural e urbano, como a comida brasileira por excelência, confirmando a presença direta do pequeno produtor no plano profundo da cultura nacional.

Relativamente isolada, sua origem relacionar-se-ia, entretanto, como a de toda a sociedade brasileira, de acordo com Caio Prado Jr., com a expansão do capitalismo comercial europeu, o que explicaria o vínculo necessário com o mercado, inicialmente intermitente e reduzido, mas progressivamente intensificado com a modernização do país. O tema do desenvolvimento capitalista e da formação da sociedade de classes aparece em *Os parceiros do Rio Bonito*, portanto, pelo avesso. Trata-se de dimensionar o impacto das transformações capitalistas no modo de vida das sociedades rústicas. O prognóstico explicitado na conclusão do livro denuncia a situação crítica então

enfrentada pelo caipira sob tal processo e defende reforma agrária orientada pela perspectiva antropológica.

Um dos aspectos mais instigantes do trabalho relaciona-se à etnografia realizada em Bofete (SP), que nos aproxima da vida cotidiana do caipira, sobretudo daqueles de carne e osso, “os parceiros”, com quem Antonio Candido conviveu na fazenda Bela Aliança, no final da década de 1940 e em meados da seguinte, quando era administrada por seu amigo, o historiador Edgard Carone.

O modo como essa experiência é narrada também deve ser levado em conta. A clareza e o estilo literário de sua argumentação recuperam a tradição do ensaio histórico-sociológico brasileiro. A tese defendida por Antonio Candido dialoga com os grandes intérpretes da formação da sociedade brasileira, valorizando a presença quase invisível do caipira e da pequena propriedade nesse processo. Nos termos cortantes de Leonardo Arroyo, na orelha da primeira edição do livro, “sob de suas páginas forte cheiro de terra esquecida e de homens abandonados”. A leitura de *Os parceiros do Rio Bonito* nos apresenta outro Brasil.



Luiz Carlos Jackson é professor de sociologia na Universidade de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Sociologia da Cultura/USP. É autor dos livros *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido* (segunda edição ampliada, UFMG, 2018) e, em parceria com o sociólogo argentino Alejandro Blanco, *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina* (Editora 34, 2014).